

RECENSÕES CRÍTICAS REVIEWS

Malyn Newitt, *The Braganzas. The Rise and Fall of the Ruling Dynasties of Portugal and Brazil, 1640-1910.*
London: Reaktion Books, 2019, 376 pp.
ISBN: 978 1 78914 125 2.

Gabriela Gândara Terenas
(NOVA FCSH/CETAPS)

Autor de mais de vinte obras sobre Portugal e a história colonial portuguesa, Malyn Newitt foi Professor no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros do King's College, Londres, tendo sido o primeiro detentor da cátedra Charles Boxer. A partir do presente número, o Professor Newitt será também membro da Comissão Redactorial da *REAP/JAPS*. De entre a sua vasta produção historiográfica, destaca-se, no âmbito temático das relações luso-britânicas ao tempo do liberalismo (da Revolução de 1820 à Restauração da Carta Constitucional, em 1842), o estudo *Lord Beresford e a Intervenção Britânica em Portugal 1807-1820* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004), bem como os capítulos 9 ("D. João VI: the Merciful") e 10 ("D. Pedro e D. Miguel") da obra aqui em apreço, dedicada à dinastia de Bragança.

Organizada cronologicamente em treze capítulos, desde o reinado de D. João IV até ao do Imperador do Brasil, D. Pedro II, a obra inclui também reflexões iniciais sobre o conceito de monarquia, a ascensão e a queda das dinastias ("The Idea of Monarchy and the Rise and Fall of a Dynastic State"), uma breve história dos reinados anteriores à

Restauração de 1640 (“The Early History of Portuguese Monarchy”) e, ainda, uma visão geral dos traços considerados comuns aos reinados dos Bragança. Nestes três primeiros capítulos devem sublinhar-se alguns aspectos. Desde logo, a intrínseca relação entre a dinastia de Bragança e o Brasil – a descoberta de ouro no final do século XVII, a transferência da Corte e respectiva etiqueta para o Rio de Janeiro, a interferência da Grã-Bretanha, a independência da colónia e a governação dos dois imperadores, D. Pedro I e D. Pedro II –, bem como a conseqüente e algo complexa ligação entre este território situado na América do Sul e Lisboa. No contexto do reconhecimento de traços comuns à dinastia dos Bragança, Newitt assinala o papel desempenhado pelas mulheres (rainhas ou princesas), em grande medida em conseqüência de uma certa fragilidade partilhada pelos homens desta dinastia, exceptuando os filhos de D. João VI, D. Pedro e D. Miguel. De entre os hábitos e costumes perpetuados pelos Bragança, Newitt refere a cerimónia do “beija mão”, as grandes celebrações de cariz religioso (como a procissão do dia de Corpo de Cristo) que contavam sempre com a presença dos monarcas, as grandes festividades associadas aos casamentos régios e as exageradas solenidades e práticas fúnebres realizadas aquando da morte de um membro da família real. Outro aspecto curioso, relaciona-se com o facto de o autor considerar que, embora a historiografia inglesa sobre Portugal assente, em grande medida, nos relatos dos viajantes britânicos ao país, na verdade, os autores franceses dos séculos XVII e XVIII – Blouin, Vertot, Dellon, Lafitau, Clède, Dumouriez, Bombelles ou Raynal – foram muito mais rigorosos nas suas observações sobre os assuntos portugueses, nomeadamente os de cariz político. Tal constatação, não obstante, no entanto, a que o próprio Newitt se basasse nessas fontes britânicas para a escrita desta obra, como se constatará adiante.

Tendo em conta que o presente número da *REAP/JAPS* é dedicado, como já se referiu, às relações luso-britânicas ao tempo do liberalismo (1820-1842), optou-se por analisar, de forma mais aprofundada, os capítulos da obra relativos aos reinados de D. João VI, D. Pedro e D. Miguel. Assim, no 9º capítulo (“D. João VI: The Merciful”), assinala-se, desde logo, o carácter algo frágil de D. João – saúde débil,

indeciso e impreparado para governar – o que teria não só levado o Infante a recusar, de início, o título de Regente, em consequência da doença mental de sua Mãe, D. Maria I, mas também permitido a interferência nefasta e excessiva da Rainha consorte, D. Carlota Joaquina, na política interna do reino, nomeadamente devido ao facto de esta se ter recusado a assinar a Carta Constitucional, tomando o partido de seu filho, D. Miguel. A fragilidade aqui atribuída a D. João VI corresponde a uma imagem durante muito tempo veiculada também pela historiografia portuguesa e cultivada pela memória colectiva da nação, que viram na partida para o Brasil uma “fuga cobarde” e não uma estratégia bem aquilatada para proteger a monarquia lusa, como defendem muitos estudiosos da actualidade. De facto, neste capítulo, Newitt fundamenta-se em autores como Alexandre Herculano, Oliveira Marques e, talvez sobretudo, na biografia inglesa de D. Carlota, da autoria de Marcus Cheke, publicada em 1947.

O conturbado casamento dos cônjuges assume clara importância neste capítulo, nomeadamente no respeitante ao carácter algo excêntrico de D. Carlota e ao facto de o casal viver separado, em residências diferentes (D. Carlota no Palácio de Queluz e na Quinta do Ramalhão e D. João no Convento de Mafra), o que colocou em causa a legitimidade dos últimos três filhos do casal, incluindo, portanto, D. Miguel. Fundamentando-se em fontes como as Memórias da Duquesa de Abrantes, Laura Junot, o relato de viagens de Marianne Baillie e a biografia de Marcus Cheke, Newitt constrói um retrato de D. Carlota muito pouco favorável à Princesa espanhola, correspondendo, portanto, à memória colectiva da nação: uma fisionomia algo bizarra, um comportamento extravagante e promíscuo, a par de uma ambição desmedida que a tornou suspeita de ter mandado assassinar o Marquês de Loulé e de ter contribuído, com D. Miguel, para estabelecer um verdadeiro “reino de terror”, entre 1828 e 1832.

Relativamente à atitude de D. João face às Invasões Francesas, Malyn Newitt assinala a importância da Aliança Luso-Britânica e a dependência de Portugal face à Grã-Bretanha, nomeadamente na defesa do império português, circunstância que dividiu os conselheiros de D. João: o grupo encabeçado pelo Ministro António de

Araújo mostrou-se a favor de uma aliança com a França napoleónica, acreditando que, desta forma, o país poderia desenvolver-se no contexto do projecto europeu de Bonaparte, enquanto o grupo chefiado por Sousa Coutinho preferia a aliança com Inglaterra, que asseguraria a manutenção do império. Esta divisão interna terá promovido a neutralidade de D. João, que, aliás, corresponderia à dificuldade do Regente em tomar decisões. Quando a neutralidade se tornou impossível de manter, devido à iminência de uma invasão, D. João optou pela partida para o Brasil, sob a protecção britânica, em particular da Marinha, sob o comando de *Sir Sydney Smith*, o qual, de acordo com Newitt, viria a desempenhar um papel importante durante a estada da família real no Brasil.

A atribulada e longa travessia do Atlântico terá contribuído, segundo o autor, para que D. João tivesse prolongado a sua estada no Brasil, evitando, até ao limite, empreender a viagem de regresso. Neste contexto, assinala-se, ainda, a forma como Londres tirou partido da mudança da capital portuguesa para o Rio de Janeiro, usufruindo da total abertura dos mercados do Brasil ao comércio britânico.

Relativamente à estada da Corte no Brasil, Newitt sublinha as ambições de D. Carlota Joaquina na América do Sul, nomeadamente o desejo de se tornar Regente das colónias espanholas dessa região do globo, contra D. João que pretendia anexar a região onde hoje se situa o Uruguai. Saliencia também a forma como D. João se adaptou ao novo continente, onde alcançou grande popularidade aquando da sua aclamação como Rei, em consequência da morte de D. Maria I, em 1816, bem assim o modo como transferiu para a nova Corte, os costumes e as tradições dos Bragança.

No âmbito temático do presente número da *REAP/JAPS* afigura-se de crucial importância o ponto dedicado à atitude de D. João VI face à Revolução Liberal (pp.190-193). Desde logo, o Rei, contra a sua vontade pessoal, viu-se obrigado a regressar a Lisboa, deixando D. Pedro como Regente no Brasil. Não obstante o facto de ter assinado a Carta Constitucional, o resto da sua vida ficou marcado por revoluções e contra-revoluções (a Vila Francada, a Abrilada), em grande medida devido à acção conjunta de D. Miguel e de D. Carlota em defesa do absolutismo.

A Rainha, exilada na Quinta do Ramalhão, reuniu os opositores à nova ordem, a antiga nobreza e Clero, influenciando D. Miguel a revoltar-se contra o Pai e os defensores da Carta. No relato destes episódios, Newitt destaca o apoio e a protecção dados pelos britânicos a D. João VI, o qual chegou a refugiar-se no navio Windsor Castle, de onde decretou o exílio de D. Miguel. O autor acaba por concluir que, não obstante o facto de os seus contemporâneos o considerarem um monarca fraco e incapaz de exercer o controlo sobre os acontecimentos, na verdade, D. João tornou-se um governante hábil, que, acima de tudo, conseguiu preservar a herança da dinastia de Bragança.

No ponto dedicado à caracterização dos filhos de D. João e de D. Carlota – D. Maria Teresa, D. António, D. Maria Isabel, D. Pedro, D. Maria Francisca, D. Isabel Maria, D. Miguel, D. Maria da Assunção e D. Ana de Jesus Maria – deve assinalar-se a aliança estabelecida entre as irmãs Maria Teresa e Maria Francisca (esta última casada com o irmão do Rei de Espanha) no apoio dado a D. Miguel, em Portugal, e ao movimento carlista, em Espanha. A derrota dos miguelistas e, depois, dos carlistas, obrigou as duas irmãs Bragança a refugiarem-se primeiro em Inglaterra e, depois, em França. Não obstante, D. Maria Teresa encabeçou as acções dos carlistas no exílio, tendo sido, inclusive, responsável pelo revivalismo deste movimento nos anos setenta.

No capítulo 10, “D. Pedro and D. Miguel”, Melyn Newitt começa por apontar as grandes diferenças de carácter entre os dois irmãos, os quais viriam a protagonizar as duas facções em conflito no período em apreço, liberais *versus* absolutistas. No ponto dedicado à independência do Brasil, o autor refere o apoio da Grã-Bretanha a D. Pedro, bem como a mediação de Sir Charles Stuart e, portanto, de Londres, em todo o processo. Sublinha também o carácter resoluto e intrépido de D. Pedro, por oposição ao Pai, bem como a sua abdicação do trono de Portugal a favor da filha, D. Maria da Glória, futura D. Maria II. Todavia, contrariamente ao que previra, D. Pedro viu-se obrigado a travar uma guerra civil, contra o seu irmão D. Miguel e respectivos apoiantes, para assegurar a posição de D. Maria. Descreve-se, assim, a campanha diplomática levada a cabo por D. Pedro na Europa, nomeadamente em Londres, com o intuito de reunir um exercito capaz de derrotar as forças de

D. Miguel, o que, de facto, conseguiu, em 1833, com a tomada da capital. Nesta luta de irmãos, Newitt reconhece D. Miguel como o grande vilão da história. Depois da aclamação de D. Maria II, em 1834, D. Miguel foi forçado a exilar-se e os episódios funestos e cruéis ocorridos durante o seu reinado criaram uma verdadeira “lenda negra” em torno da sua figura. Segundo Newitt, para a consolidação desta imagem sinistra contribuíram vários relatos, tanto de portugueses como de estrangeiros, embora a historiografia mais recente avance com novos dados, nomeadamente relativos ao número de execuções que se afigura assaz inferior ao que se supunha, pois muitos liberais fugiram do país aquando do início do reinado de D. Miguel. Aliás, por altura das guerras carlistas em Espanha, D. Miguel chegou a ser aclamado rei em Braga, o que também significaria uma certa divisão entre a população lusa. Citando Eça de Queirós e Oliveira Martins, Newitt lembra que, para muitos portugueses, o regresso de D. Miguel era desejado, pois, de certa forma, o Miguelismo transformara-se numa manifestação do Sebastianismo.

A obra encontra-se profusamente ilustrada com excelentes reproduções de gravuras da época e de retratos, a cores, dos monarcas em estudo. De entre estes destacam-se, o retrato de D. João VI, por Jean Philippe Goulu (p.178), a gravura da partida de D. João para o Brasil, da autoria de Francesco Bartolozzi (p.184), o retrato de D. Pedro IV (p.200), a Coroação de D. Pedro I no Rio de Janeiro, em 1822, por Jean-Baptiste Debret (p.203), o retrato da Arquiduquesa Maria Leopoldina, por Domenico Failutti, (p.205) e o de D. Miguel, por Johann Ender (p.217).

O volume inclui ainda uma árvore genealógica da dinastia dos Bragança, um glossário e uma extensa e diversificada bibliografia. Este trabalho integra-se claramente no âmbito da análise dos historiadores anglófonos que se dedicaram a Portugal e, portanto, nos Estudos Anglo-Portugueses, confirmando a importância de se dar continuidade a uma investigação já iniciada, mas longe de finalizada, sobre a posição daqueles historiadores face à política (interna e externa) portuguesa levada cabo ao longo dos séculos e às figuras que escolheram fazer sobressair.